

Faltava caixa, agora falta cacife a Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A indagação maior feita ontem no Congresso, nos partidos e até nos ministérios que não participaram da elaboração do pacote econômico de quarta-feira, referia-se aos motivos que terão levado o presidente José Sarney a agir como agiu. Por quê? Afinal, as medidas adotadas prestam-se a críticas e a confusões generalizadas, até mesmo com aquelas que a ditadura adotava frequentemente. Apesar das justificativas de ingresso do País no século XXI, de opção pelo social, de construção do futuro, do fim do subdesenvolvimento e do Plano de Metas, uma campanha de alarme parece estar soando no Brasil inteiro. O governo cedeu. Abriu as primeiras exceções ao congelamento de preços, mesmo chamando-as de empréstimo compulsório. Esses aumentos não serão computados nos índices inflacionários, mas, para isso, haverá manipulação. A classe assalariada volta a ser castigada. O exemplo de sacrifícios por parte do Estado ficou outra vez para depois. Reivindicações do Fundo Monetário Internacional foram atendidas. Por conta do que acaba de ser conhecido, aparece o risco eleitoral.

Tudo isso se justificaria, correspondendo ou não à realidade? Obrigando o governo a ficar na defensiva e a adotar iniciativas flagrantemente impopulares às vésperas de eleições gerais? Então, é porque alguma coisa de muito grave lá acontecendo, ou estava prestes a acontecer.

Importante ministro de Estado, daqueles que ficaram à margem das decisões sobre o pacote econômico, especulava ontem sobre essa força maior. Concluiu terem as medidas sido baixadas porque o governo estava ou logo ficaria sem caixa. Sem dinheiro para atender seus compromissos rotineiros, até a curto prazo. Apesar do sucesso do Plano Cruzado, ou por causa dele, os recursos do Tesouro foram mingando e, conforme as projeções, beiravam a bancarrota. Assim, não houve outro remédio senão apelar para fórmulas semelhantes às do passado. Há uma certa lógica no diagnóstico, valendo alinhar os ônus e os riscos agora corridos pelo Palácio do Planalto.

A promessa do inflexível congelamento de preços está rompida. A gasolina custa mais caro, o álcool também. A bola de neve começa a rolar ladeira abaixo, e a consequência natural da elevação dos preços dos combustíveis será o crescimento da pressão dos produtores, especialmente rurais, para o aumento do preço de certos produtos. Nem todo mundo transporta mercadorias por estrada de ferro, navios ou caminhões movidos a óleo diesel. Entre continuar produzindo para venda a preços mais baixos do que o custo ou interromper a produção, boa parte dos produtores preferirá incrementar os reclamos e ameaçar o governo. A exceção no congelamento atinge carros novos e usados, passagens aéreas para o Exterior e dólares adquiridos para essas viagens. O preço dos táxis sobe a partir de hoje. O leite e a carne vinham tendo aumentos indiretos, na forma de subsídios, já que o dinheiro para subsidiar esses dois produtos sai de algum lugar, não outro que o bolso de quem paga impostos. Rompido o tabu do congelamento através de aumentos que o governo insiste em chamar de empréstimos compulsórios, a avalanche não vai demorar. Outras exceções sobrevirão.

A manipulação dos índices inflacionários foi reconhecida pelo ministro da Fazenda. Não serão computados os aumentos dos combustíveis, dos carros e das passagens, talvez nem o dos táxis, já que pela nomenclatura oficial não são aumentos, mas empréstimos compulsórios. Formalmente, no fim do mês, dir-se-á que a inflação não chegou a 1%, mas os salários passarão a comprar menos, e comprar, salvo engano, não constitui privilégio dos potentados. Nem botar gasolina no tanque dos carros, porque carros, afinal, foram feitos para andar, e andam a gasolina. Ou a álcool.

A classe assalariada impõe-se novo castigo. Se a inflação oficial não sobe, os salários também não vão subir, apesar de o custo de vida ter subido, no mínimo a partir do aumento dos combustíveis. O dinheiro continua sendo buscado pelo governo onde ele sempre buscou, nos salários, já que não se viram, no pacote de dois dias atrás, iniciativas capazes de taxar mais os ganhos de capital.

Ficou para as calendas a reforma administrativa, depois de ter sido anunciada pelo ministro Aluizio Alves. "Não estava pronta, restam retoques a dar, a reação pelo conhecimento prévio ameaça fazer a CUT entrar na horta das empresas estatais..." Tanto faz, mas a verdade é que o governo perdeu excelente oportunidade de demonstrar que também contribui para o esforço geral, reduzindo o número de seus funcionários e cortando privilégios.

Sem que se avancem juízos de valor, fica evidente, também, estar atendida velha reivindicação do Fundo Monetário Internacional. O capital estrangeiro entrará com mais desenvoltura no País, autorizado a comprar ações de empresas privadas e estatais nas bolsas de valores e tendo reduzido o imposto de renda a deduzir das remessas de lucros. As forças de esquerda não deixarão de explorar a medida, ainda que ela possa contribuir para maior aporte de capital de risco, entre nós. Uma das piores coisas que poderia acontecer com o presidente da República seria acirrar suas querelas com as forças de esquerda, ericadas e demagogicamente dispostas a desestabilizá-lo.

Por fim, o risco eleitoral. Dispondo de 94% de popularidade, o máximo que um presidente da República jamais alcançou desde Deodoro da Fonseca, Sarney coloca boa parte desse cacife na mesa da roleta. Saberá das reações da classe média, dos reflexos na massa trabalhadora e das dificuldades avolumadas para os partidos da Aliança Democrática disputarem a eleição de novembro. Ontem, sorriam de um canto a outro da boca figuras díspares como Leonel Brizola, Lula, Paulo Maluf e Delfim Netto. Salvo engano, eles vão tirar fortes dividendos da conjuntura e explorá-la nas campanhas eleitorais.

Então, que motivos imperiosos teria levado o presidente da República a adotar o pacote econômico, ainda que sob argumentação confeitada e amena de obrigar-se a reduzir o consumo? Porque Sarney não é bobo, tem experiência e sabe das coisas. A tensão nervosa de que ele estava possuído, até a hora de sua apresentação em rede de rádio e televisão, bem como a demora em aceitar o que seus auxiliares propunham, conduzem à suposição aventada pelo ministro cujo nome por enquanto guardamos: o governo estava sem caixa. Ou ficaria, breve, sem caixa...

C.C.